

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	2
Título: As preocupações do presidente	2
Título: Bolsonaro diz que sanções dos EUA ao Irã ameaçam empresas brasileiras	3
Título: Outros dois navios iranianos esperam para atracar em SC	5
Título: Tabela do frete frustra caminhoneiros.....	6
Título: Cresce o peso do País no mercado de petróleo.....	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Navios iranianos estão parados sem combustível no Brasil	9
Título: Exército barra acesso de índios à própria aldeia	10
VEÍCULO: O Globo	13
Título: Governo vai se reunir com caminhoneiros.....	13
Título: Frota própria ainda é a opção de poucas empresas	14
Título: Delegado ligado a ruralista assume comando da Funai	17
Título: Bolsonaro: empresas foram avisadas de riscos de comércio com Teerã	18
Título: Irã captura petroleiro britânico	19
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	21
Título: Goiás reestabelece a produção de amianto	21

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 20/07/2019**Seção:** Notas e Informações**Autor:****Título:** As preocupações do presidente

Desde o início de março, o presidente Jair Bolsonaro tem feito às quintas-feiras uma live para se comunicar com a população. Trata-se de um vídeo transmitido ao vivo por meio das redes sociais no qual o presidente discorre sobre os mais variados assuntos. O Estado fez um levantamento dos temas abordados e de quanto tempo foi dedicado a cada um. O resultado preocupa. Até agora, o assunto mais falado pelo presidente Jair Bolsonaro foi a pesca. Foram 45 minutos e 35 segundos dedicados à pescaria. A pesca da tilápia, por exemplo, ocupou sozinha 15 minutos e 47 segundos das transmissões de quinta-feira. A título de contraste, a saúde pública, que frequentemente aparece como uma das principais preocupações dos brasileiros, recebeu a atenção do presidente Bolsonaro por apenas 7 minutos e 33 segundos, ocupando, assim, a 20.ª posição entre as preocupações presidenciais.

O segundo tema mais abordado pelo presidente Jair Bolsonaro em suas lives foi a internet (41 minutos e 20 segundos). Em seguida vieram as armas (36 minutos e 55 segundos), as relações exteriores (29 minutos e 26 segundos) e as regras de trânsito (28 minutos e 27 segundos), com destaque para a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). De acordo com o líder do PSL no Senado, major Olímpio, o presidente Jair Bolsonaro “quer (com as lives) mostrar à população que continua o mesmo Jair Bolsonaro de antes de ser presidente”. Se for assim mesmo, trata-se de um grande equívoco. Ele hoje tem responsabilidades completamente distintas das que tinha há pouco mais de seis meses. Em 1.º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro assumiu a Presidência da República, com atribuições e deveres especialmente graves. Entre outras competências constitucionais, cabe ao presidente da República “exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal”.

Não é exagero dizer que o desenvolvimento econômico e social do País depende em boa medida do modo como o presidente Jair Bolsonaro realiza suas tarefas. Se eventualmente a pescaria estava entre as principais preocupações de Jair Bolsonaro – em 2012, por exemplo, o então deputado Bolsonaro foi autuado por pescar na Estação Ecológica de Tamoios, uma área protegida entre os municípios de Angra dos Reis e Paraty (RJ) –, é de esperar que, uma vez empossado como presidente da República, os temas nacionais adquiram outra hierarquia.

Por mais informais que sejam as transmissões de quinta-feira, elas têm inevitavelmente um caráter de comunicação do Poder Executivo federal com o cidadão. Tanto é assim que vários integrantes do governo participam das lives. O general Augusto Heleno já apareceu sete vezes nas transmissões. Em seguida, vem o secretário da Pesca, Jorge Seif Junior, que lá esteve quatro vezes. Também estiveram por três vezes no programa ao vivo do presidente o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo; o ministro da Educação, Abraham Weintraub; **o Almirante Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia**; e o porta-voz, general Rêgo Barros.

Não é, portanto, uma conversa de botequim. Entre as mudanças que opera, a posse como presidente da República faz com que as palavras ditas tenham uma nova importância. O que um presidente da República fala, seja quem ele for, tem peso. É preocupante, assim, que, nessa comunicação direta com a população, a educação ocupe apenas o oitavo lugar entre os temas mais falados, depois das armas e da relação com os EUA (sétimo tema). Mesmo assuntos que receberam destaque na campanha eleitoral de Bolsonaro têm agora dimensão muito mais modesta. Tão falada nas eleições, a segurança pública recebeu apenas 18 minutos e 16 segundos (11.º lugar) nas transmissões.

As privatizações estiveram em 28.º lugar no ranking das preocupações do presidente e o tema dos investimentos e empregos, em 44.º. Há um país com 13 milhões de desempregados. Há uma economia a ser reerguida. Há várias reformas estruturantes a serem realizadas. Seria muito oportuno que as preocupações do presidente expressassem, com bom conhecimento de causa, as reais prioridades do País.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/07/2019

Seção: Internacional

Autor: Mariana Haubert / BRASÍLIA Mariana Durão / RIO Julio Cesar Lima

Título: Bolsonaro diz que sanções dos EUA ao Irã ameaçam empresas brasileiras

Impasse. Presidente se referiu aos cargueiros iranianos que estão parados em Paranaguá depois que Petrobrás rejeitou abastecê-los; estatal teme ser punida, uma vez que as embarcações estão na lista negra do Departamento do Tesouro americano

O presidente Jair Bolsonaro alertou ontem para o risco de sanções impostas pelos EUA ao Irã ameaçarem empresas brasileiras. Desde junho, dois cargueiros iranianos que estão na lista negra do Departamento do Tesouro americano esperam no Porto de Paranaguá uma decisão judicial para abastecer e seguir viagem. A Petrobrás se nega a vender combustível às embarcações, pois teme

sofrer punições. Em Brasília, Bolsonaro afirmou que o problema das sanções dos EUA ao Irã é um risco para as empresas brasileiras. “Existe esse problema. Os EUA, de forma unilateral, pelo que me consta, têm embargo levantado contra o Irã (na verdade, ele quis dizer “um embargo em vigor”). As empresas brasileiras foram avisadas do problema e estão correndo risco.”

Bolsonaro afirmou ainda que o Brasil está de braços abertos para acordos e parcerias com outros países, mas lembrou que é preciso cuidar dos interesses brasileiros em primeiro lugar. Os dois cargueiros parados em Paranaguá são o Bavand, carregado com milho, e o Termeh, que trouxe ureia do Irã. Eles estão presos no porto desde o mês passado. A estatal brasileira alega que poderia sofrer punições caso abastecesse os navios e diz que outras empresas podem fornecer o combustível. Em perigo. Para o ex-embaixador do Brasil em Washington, Rubens Barbosa, a decisão da Petrobrás em negar o abastecimento aos navios iranianos não tem influência do governo federal. “É uma decisão puramente empresarial.

Empresas que comercializam ou ajudam de alguma maneira o Irã não podem fazer negócios com os EUA.” O pacote de sanções americanas estabelece que empresas atuantes nos EUA terão os ativos congelados e as atividades paralisadas no país, caso façam transações comerciais com o Irã. O mesmo se aplica a pessoas físicas. “A Petrobrás tem negócios nos EUA, não pode correr o risco de ficar congelada”, disse Barbosa. O caso foi parar na Justiça e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, derrubou uma liminar do Tribunal de Justiça do Paraná que havia liberado o abastecimento.

O caso deve ser julgado pelo plenário do STF, que só retorna às atividades em agosto. Em nota, os exportadores que contrataram os navios afirmaram que não há alternativa à estatal no fornecimento de combustível – a Petrobrás, no entanto, garante que há outras fornecedoras no mercado. Além disso, segundo a empresa brasileira, cujo nome não é divulgado em razão de o processo correr em sigilo de Justiça, o transporte de alimentos está livre de qualquer sanção. “Sem combustível, as embarcações podem ficar à deriva, com risco ambiental”, destaca a nota, alertando para riscos graves à tripulação, ao navio, à carga e à navegação. Ancorados no litoral paranaense, os navios vêm recebendo comida por meios de barcas que se deslocam do continente até eles. O Bavand tem 20 tripulantes e nenhum deles saiu do navio desde o começo do impasse, segundo a assessoria dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa). / COLABORARAM LUIZ RAATZ E CARLA BRIDI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 20/07/2019****Seção: Internacional****Autor: Luiz Raatz Murillo Ferrari****Título: Outros dois navios iranianos esperam para atracar em SC**

Cargueiros que se preparam para descarregar ureia no Porto de Imbituba também sofrem restrições por parte dos EUA

Ao menos dois cargueiros iranianos alvo de sanções do Departamento do Tesouro dos EUA estão na costa de Santa Catarina, na fila para atracar no Porto de Imbituba. Tanto o Ganj quanto o Delruba, assim como os navios parados em Paranaguá, desembarcarão ureia, um fertilizante, e carregarão milho em grãos. Os dois produtos são parte importante da base da relação comercial entre Brasil e Irã. De acordo com a SCPar Porto de Imbituba, que administra o porto, o Delruba chegou no dia 14 e tem previsão de atracar na quarta-feira para entregar 66 mil toneladas de ureia. A embarcação tem 23 tripulantes. Já o Ganj está no litoral de Santa Catarina desde 25 de junho e deve atracar na quinta-feira para recolher 67 mil toneladas de milho – ele leva 26 tripulantes. “Até o presente momento, a autoridade portuária não foi informada de quaisquer restrições por parte das autoridades intervenientes”, disse em nota a SCPar.

“Havendo novas diretrizes das autoridades intervenientes, tomará as medidas necessárias.” Como o Porto de Imbituba não faz abastecimento de combustível, ambos os navios devem seguir viagem. Ao Estado, a Petrobrás ressaltou, no entanto, que caso os dois navios solicitem combustível à empresa em território brasileiro, o pedido será rejeitado em razão das sanções americanas. Segundo Guilherme Manoel, representante da Friendship Serviços Portuários, empresa de agenciamento marítimo que intermediou a chegada dos dois cargueiros ao porto catarinense, o Delruba e o Ganj não serão abastecidos em Paranaguá e devem seguir viagem depois de atracar em Imbituba. Apesar disso, não há detalhes sobre a rota que os navios seguirão nem informação disponível sobre se eles necessitarão de combustível. Ainda de acordo com ele, a empresa não sabia que os cargueiros eram alvo de sanções dos Estados Unidos.

“Acredito que não deve ter problema e a situação deve se resolver logo”, afirmou Manoel. As sanções americanas a embarcações iranianas foram anunciadas em novembro, depois de o presidente Donald Trump abandonar o acordo nuclear com o Irã, firmado em 2015 durante o governo de Barack Obama. Segundo o Departamento do Tesouro, empresas que fizerem negócios com as entidades sancionadas podem ser alvo de multas e sanções. A indústria de exportação de ureia no Irã acabou sofrendo de maneira colateral o efeito das sanções americanas, que tinham como alvo principal a exportação de petróleo.

Na Ásia, o mercado de ureia encolheu, com a Índia deixando de comprar o fertilizante dos iranianos graças à pressão americana.

Em 2018, o Irã vendeu 4,2 milhões de toneladas do produto mundialmente, uma alta de 26% em relação a 2017. Em 2019, com o impacto das sanções, o fertilizante tem sido vendido cerca de 20% abaixo da cotação de mercado, segundo fontes do setor. No Brasil, a compra do fertilizante está vinculada à exportação de milho. Atualmente, a ureia é a principal produto importado do Irã. No primeiro semestre de 2019, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Brasil importou US\$ 26 milhões em produtos iranianos. A alta na comparação com o mesmo período de 2018 é de 800%. A ureia corresponde a 96% desse valor.

Exportações. Em troca, o Brasil exportou US\$ 1,3 bilhão para o Irã no primeiro semestre deste ano, uma alta de 23,85% em comparação com o mesmo período do ano passado. O principal produto vendido é o milho, responsável por 36% das vendas. A soja vem em segundo, com 34%. Por meio de nota, a assessoria de imprensa da embaixada dos EUA informou que o país está ciente dos casos de navios iranianos que precisam de combustível brasileiro. “Insistimos que todas as empresas fazendo negócios com o Irã estejam cientes das sanções dos EUA e das potenciais consequências de violá-las”, afirmou a embaixada. A Embaixada do Irã em Brasília não retornou a o contato da reportagem do Estado. / COLABOROU BEATRIZ BULLA, CORRESPONDENTE EM WASHINGTON

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/07/2019

Seção: Economia

Autor: Leticia Pakulski/ SÃO PAULO Eduardo Rodrigues

Título: Tabela do frete frustra caminhoneiros

Lideranças da categoria dizem que preços mínimos estabelecidos não cobrem os custos e voltam a falar em possibilidade de paralisação

Lideranças dos caminhoneiros reforçaram a insatisfação com a nova resolução sobre a política de preços mínimos do frete rodoviário e aguardam uma reunião com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, para discutir o assunto. Mas não descartam a possibilidade de paralisação. O ministério, por sua vez, disse que fará uma ampla reunião com a categoria na próxima semana para tentar encontrar um consenso que evite uma nova greve do transporte rodoviário. A resolução publicada na quinta-feira pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) provocou reação imediata da categoria, que voltou a falar em paralisações. A data exata para o encontro do ministro com os caminhoneiros depende ainda da agenda de Freitas. A resolução, que

estabelece regras gerais, metodologia e coeficientes dos preços mínimos referentes ao quilômetro rodado, foi aprovada após estudo técnico da Esalq-Log e processo de consulta pública e entra em vigor hoje. A Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA) confirmou em nota a reunião com o ministro.

“Após a reunião com o ministro, o presidente da CNTA, Diumar Bueno, convocará uma reunião com suas entidades coligadas para repassar os detalhes do encontro com o governo federal e avaliar conjuntamente as medidas a serem tomadas”, informou a confederação. Mais cedo, a CNTA havia divulgado outra nota dizendo que estava avaliando a resolução da ANTT com o objetivo de averiguar se os valores indicados estão adequados ao custo real da operação de fretes. “A CNTA, em contato com o ministro, solicitou que a ANTT apresentasse os números que fundamentam os parâmetros de cálculo, lembrando que o piso mínimo de fretes tem de dar a adequada retribuição ao caminhoneiro pelo serviço prestado. A CNTA já recebeu reclamações das bases afirmando que os valores estão muito aquém da realidade do mercado.”

Valor mínimo. Os caminhoneiros estão preocupados com a redução nos valores mínimos do frete em relação à tabela que vinha sendo adotada. “Eu acho que parte da categoria está bem revoltada, eu não sei o que vai acontecer nos próximos dias. Já fui convocado para essa reunião (como ministro), mas a categoria é que vai decidir”, disse Wanderlei Alves, o Dedeco, representante dos caminhoneiros. “As empresas já estão querendo pagar só o custo e dizem que estão pagando dentro da lei, então acho que vai dar muita confusão até sair essa reunião.” Na avaliação de Dedeco, será preciso uma solução rápida para a questão. “Não queremos causar o caos para o País e para o governo, mas infelizmente eu acredito que o ministro confiou que a Esalq-Log e a ANTT resolveriam o problema, mas não resolveram. Eles criaram um problema maior ainda.” Ainda assim, Dedeco disse que acredita em diálogo com o ministro. O líder dos caminhoneiros voltou a criticar a Esalq-Log.

“É uma instituição ligada ao agronegócio. E o agronegócio é que empacou com a nossa tabela”, afirmou. A Esalq disse ontem, por meio de sua assessoria, que não vai se pronunciar sobre o estudo. Wallace Costa Landim, conhecido como Chorão, presidente da Cooperativa dos Transportadores Autônomos do Brasil, publicou na quinta-feira à noite um vídeo relatando conversa com o ministro, que, segundo ele, teria prometido adequações à resolução da ANTT. O ministério confirmou a conversa, mas não adiantou nenhuma informação sobre mudanças na resolução. Segundo a assessoria da pasta, “o ministério continua aberto para dialogar com a categoria”. O líder do Comando Nacional do Transporte, Ivar Luiz Schmidt, acredita que em torno de 20% da categoria tenha o desejo de parar neste momento. Ontem, mais cedo, o presidente Jair

Bolsonaro disse não acreditar em uma paralisação dos caminhoneiros neste momento, e afirmou estar pronto para continuar conversando com a categoria.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/07/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Cresce o peso do País no mercado de petróleo

O Brasil ganha importância no mercado global de petróleo, segundo o último relatório da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês). A produção brasileira aumentou 135 mil barris/ dia (b/d) em maio e atingiu o recorde de 2,83 milhões b/d graças à maior rapidez dos trabalhos de manutenção nas plataformas marítimas e à entrada em atividade de novas unidades produtivas. Entre maio de 2018 e maio de 2019, a produção nos campos localizados na Bacia de Santos cresceu 240 mil b/d. Desse aumento, o Campo de Búzios participou com 195 mil b/d e terá papel-chave na alta da produção em 2019 e em 2020. Mas também vem ocorrendo uma recuperação da produção na Bacia de Campos, com destaque para o Campo de Jubarte.

A produção brasileira de petróleo bruto foi decisiva para o aumento da oferta dos países não ligados à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Entre o primeiro e o segundo trimestres de 2019, a produção total desses países passou de 63,9 milhões de b/d para 64,5 milhões de b/d, em parte devido ao crescimento da oferta na América Latina. Com o crescimento da oferta fora da Opep, estimada pelos especialistas da IEA em 2 milhões de b/d neste ano e em 2,1 milhões de b/d em 2020, o mercado de petróleo deverá manter-se em equilíbrio. O aumento da demanda é inferior ao crescimento da oferta e os estoques nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) cresceram. Esta é uma das causas do recuo da ordem de 10% dos preços do óleo tipo Brent em junho. Alguns analistas, como os do banco JPMorgan, acreditam que as cotações poderão cair ainda mais nos próximos meses, para patamares inferiores a US\$ 60 o barril.

Os países da Opep, com destaque para a Arábia Saudita, já reduziram a produção, na tentativa de evitar uma queda maior das cotações. Para 2020, o objetivo da Opep é manter os cortes, reduzindo a oferta para 28 milhões de b/d (em junho, a oferta era de cerca de 30 milhões de b/d, após ter atingido 32,4 milhões de b/d em novembro do ano passado). A posição do Brasil no mercado do óleo tende a continuar melhorando, graças à política da Petrobrás voltada

para o aumento da eficiência, redução do endividamento e prioridade nas atividades básicas (exploração e produção).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/07/2019

Seção: Mundo

Autor: SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA | Reuters

Título: Navios iranianos estão parados sem combustível no Brasil

Dois navios de bandeira iraniana que trouxeram ureia ao Brasil e pretendiam retornar ao Irã com milho brasileiro estão parados ao largo do porto de Paranaguá (PR) desde o início de junho, com dificuldade de obter combustível para a viagem devido às sanções americanas à república islâmica.

Os EUA têm ampliado suas sanções contra o Irã neste ano, visando atingir o setor petrolífero do país. Isso atrapalhou o reabastecimento dos navios, com a estatal Petrobras recusando-se a vender combustível por temer represálias ao violar as regras americanas.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta sexta (19), em Brasília, que o governo federal alertou empresas brasileiras sobre embargos dos EUA impostos contra o Irã.

"Existe esse problema, os EUA, de forma unilateral, pelo que me consta, têm embargos levantados contra o Irã, as empresas brasileiras foram avisadas por nós desse problema e estão correndo o risco nesse sentido", disse Bolsonaro.

"Eu, particularmente, estou me aproximando cada vez mais do [presidente dos EUA, Donald] Trump. Ele é a primeira economia do mundo, segundo mercado econômico, e hoje abri que o Brasil está de braços abertos para fazer acordos, parcerias, para o bem dos nossos povos."

Em nota, a Petrobras reiterou "que não forneceu combustível à empresa exportadora, pois os navios iranianos por ela contratados e a empresa iraniana proprietária das embarcações encontram-se sancionados pelos EUA".

"Caso a Petrobras venha a abastecer esses navios, ficará sujeita ao risco de ser incluída na mesma lista, o que poderia ocasionar graves prejuízos."

Os iranianos são os maiores importadores de milho do Brasil e também estão entre os principais compradores de soja e carne bovina.

O navio Bavand já carregou cerca de 50 mil toneladas de milho, em maio, no porto de Imbituba (SC), enquanto o Termeh deveria chegar em meados de julho

ao local para carregar 66 mil toneladas do cereal, segundo informações de agentes do setor portuário.

Ao menos um outro navio iraniano, o Daryabar, na mesma lista de sanções, carregou milho em junho e partiu.

Outras embarcações com milho brasileiro vendido ao Irã, transportado em navios fretados por multinacionais de outras nações, deixaram o país sem problemas recentemente.

A Sapid, dona dos navios, não respondeu a pedidos de comentários.

O caso, com um navio de um país sancionado tentando comprar combustível da Petrobras na passagem pelo Brasil, é algo inédito, de acordo com uma fonte na estatal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/07/2019

Seção: Poder

Autor: Fabiano Maisonnave e Rubens Valente

Título: Exército barra acesso de índios à própria aldeia

Funai e Comando Militar dão versões divergentes sobre episódio ocorrido em território no Rio Negro, no Amazonas

BRASÍLIA E SANTARÉM (PA)- O Exército barrou um líder e cinco estudantes indígenas de entrar em seu próprio território na tarde do último dia 10 na Terra Indígena Alto Rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira (AM).

A explicação para esse veto ainda é divergente. A Funai (Fundação Nacional do índio) diz que a decisão de proibir indígenas não partiu dela — afirma que orientou barrar apenas convidados não indígenas. O Exército, por sua vez, diz que a ordem veio do órgão.

Da etnia baré e nascida e criada na região, Maria Auxiliadora Cordeiro da Silva, mais conhecida como Maria Baré, fazia parte de uma lista de pessoas sem autorização para entrar na terra indígena.

Os nomes foram enviados ao posto de controle militar na comunidade indígena Ilha das Flores, no rio Negro, a uma hora de barco de São Gabriel.

Maria Baré, convidada da assembleia Oibi (Organização Indígena da Bacia do Içana), das etnias baniwa e kuripako, e cinco estudantes indígenas da região foram barrados.

"Minha indignação e repúdio é enquanto indígena", diz ela, que participa de movimentos indígenas e é consultora da ONG FAS (Fundação Amazonas Sustentável). "Qual legislação me impede de entrar no meu próprio território?"

Na lista, obtida pela Folha, constam três líderes baniwa, Marivelton Baré, presidente da Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), a mais importante associação da região, e até um servidor indígena da Funai.

Ao lado dos nomes escritos à mão lê-se: "Não estão autorizados a pisar em terras indígenas sem autorização da Funai".

Marivelton Baré e as lideranças baniwas só não foram barrados porque a lista chegou à base dois dias depois que eles já haviam passado pelo local.

"Estamos esperando um pedido de desculpas da Funai e que nunca mais se repita essa atitude", afirma Marivelton.

"O que me deixa mais indignado é ter os próprios baniwas na lista dos proibidos", afirma André Baniwa, vice-presidente da Oibi.

Entre os nomes de não indígenas da lista estão pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi e de universidades e integrantes do ISA (Instituto Socioambiental).

Para André Baniwa, o Exército, por outro lado, tolera a entrada de empresários interessados na mineração — prática proibida em terras indígenas.

"Tem muita coisa errada acontecendo no Alto Rio Negro. O Ministério da Defesa fica dando aval pra empresários, com pelotões, mas foram autorizados pela Funai? Não, estão completamente errados."

A liderança baniwa afirma que o caso é inédito na história da Oibi e que já protocolou uma reclamação sobre o ocorrido na Funai. Na sua avaliação, o pano de fundo é a perseguição do governo federal contra a Foirn, da qual a Oibi faz parte, e o ISA, que desenvolve a produção de pimenta indígena e outros projetos.

André Baniwa diz que a origem da lista é a própria Oibi, que enviou para a Funai o nome das pessoas convidadas para a assembleia. "Não era um pedido de autorização, mas apenas uma formalidade, para dar conhecimento. Eles pegaram a mesma lista e passaram esses nomes pelo rádio ao posto de fiscalização."

À Folha, o coordenador regional da Funai no Alto Rio Negro, Jackson Duarte, negou que o órgão tenha dado ordem para barrar indígenas, mas disse que os não indígenas convidados pela Oibi precisavam de autorização prévia.

Duarte afirmou que Maria Baré foi barrada porque estava com cinco não indígenas que descumpriram instrução normativa que regulamenta a entrada de pesquisadores.

"O indígena tem total autonomia para convidar quem ele quiser, porém a Funai, como atribuição institucional, também tem de saber por que alguém é convidado", afirma Duarte, indígena da etnia tucano.

O coordenador afirma que empresários de mineração e a própria estatal Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais também têm sido impedidos de entrar em terras indígenas da região pela Funai, seguindo recomendação do Ministério Público Federal.

Em nota à Folha, a assessoria de comunicação da Funai afirmou que uma instrução normativa de 1995 regula a autorização para o ingresso de pesquisadores nessas áreas.

O pedido recebido pelo órgão é encaminhado para unidades nas comunidades. Vencida essa etapa, cabe aprovação da presidência da Funai.

No caso de São Gabriel, segundo a Funai, a sede do órgão em Brasília "não recebeu qualquer documentação solicitando ingresso que observasse a instrução normativa" e só foi consultada "na manhã do evento, que já acontecia".

"Nessa situação, infelizmente não houve tempo hábil para proceder com a autorização de ingresso dos pesquisadores", diz o órgão.

A Funai informou que desconhece a origem da lista de nomes não autorizados, mas confirmou a orientação para o Exército barrar não indígenas.

Em nota, o Comando Militar da Amazônia disse que não "impede a entrada de indígenas em terras demarcadas".

"Apenas, eventualmente, impede a passagem de não indígenas não autorizados pela Funai de entrarem em terras indígenas como uma forma de cooperação entre agências do governo, como o ocorrido na Ilha das Flores em São Gabriel da Cachoeira."

VEÍCULO: O Globo**Data: 20/07/2019****Seção: Economia****Autor: RENATA VIEIRA, GUSTAVO MAIA E JOÃO SORIMA NETO****Título: Governo vai se reunir com caminhoneiros**

Objetivo é discutir nova tabela do frete, que desagradou à categoria. Bolsonaro diz esperar que não haja paralisação, porque "atrapalha o Brasil", e cobra do Congresso que aprove aumento no limite de pontos para perder a carteira

BRASÍLIA E SÃO PAULO- Diante da possibilidade de uma nova paralisação dos caminhoneiros, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, vai receber na próxima semana, em Brasília, lideranças da classe dos caminhoneiros. O objetivo é discutir, entre outros pontos, a nova tabela de preços mínimos do frete rodoviário, que causou insatisfação entre os motoristas.

Mais cedo, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que, embora seja um direito de todos, espera que os caminhoneiros não entrem em greve. Ele disse que o Parlamento precisa fazer sua parte, referindo-se à aprovação do projeto de lei que altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

— Acredito que caminhoneiros não façam paralisação porque isso atrapalha muito a economia. Reconhecemos a dificuldade na carreira e estamos prontos para continuar conversando, mas estamos em um país livre e democrático onde impera o livre mercado. Greve atrapalha o Brasil — afirmou.

— Eu mesmo já fiz alguma coisa, falta o Parlamento fazer sua parte, aumentando a validade da carteira de motorista de cinco para dez anos, aumentando a pontuação de 20 para 40 pontos.

A movimentação entre os caminhoneiros começou depois de a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) divulgar, na quinta-feira, resolução com uma nova tabela para o frete. Esta foi feita a partir de um estudo da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP. O objetivo foi adequar os preços aos diferentes tipos de carga, rotas e veículos. A nova tabela entra em vigor hoje.

"TABELA DE CUSTOS"

A categoria, no entanto, considera os novos preços financeiramente inviáveis. Segundo representantes da categoria, os valores não levaram em conta o lucro dos caminhoneiros na hora de fixar os valores do frete, apenas os custos da viagem, como combustível, pedágio, entre outros, o que reduziu os preços que vinham sendo cobrados até a quarta-feira. Por enquanto, a disposição dos

caminhoneiros é conversar com o governo. Mas, em alguns grupos de WhatsApp, já há motoristas que falam abertamente em uma nova paralisação.

— É uma tabela de custos. Os valores são o que o caminhão gasta para ir e voltar numa viagem. Ali não tem nenhuma remuneração, nenhum lucro, nada. As grandes transportadoras, que não têm consciência, vão pagar o que determina a lei. Os valores já começaram a cair — diz Wanderlei Alves, o Dedeco, líder da categoria no Paraná.

Ele dá como exemplo uma viagem de 2,7 mil quilômetros, cujo frete mínimo cobrado antes da publicação da tabela era de R\$ 13.770. Agora, já há transportadoras pagando R\$ 10 mil pela mesma viagem, uma queda de 27,38%.

— Sabíamos que estava sendo feito um estudo de custos. Mas fomos pegos de surpresa, porque a remuneração também teria que ser embutida na tabela. Foi uma frustração — disse Dedeco.

Ele disse já ter conversado com o ministro dos Transportes por telefone, e contou que este também teria se mostrado surpreso.

— O meu conselho para o ministro é que revogue essa resolução, que já está dando problema e vai dar muito problema até segunda-feira. Se a categoria decidir parar, o governo será notificado e nós vamos parar. Mas não antes de uma conversa com as instituições — afirmou Dedeco.

EXCESSO DE CRÉDITO

Outro líder da categoria, Wallace Landim, o "Chorão", também reclamou da tabela, afirmando que os valores não cobrem nem o custo.

Ao falar sobre a questão, Bolsonaro disse que os problemas começaram sob o PT:

— O BNDES ofereceu crédito em excesso para a compra de caminhões, cresceu a frota assustadoramente, e o transportado permaneceu igual. Lei da oferta e da procura. Caiu o preço do frete.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/07/2019

Seção: Economia

Autor: HENRIQUE GOMES BATISTA

Título: Frota própria ainda é a opção de poucas empresas

Ainda assim, greve dos caminhoneiros faz companhias investirem em outros modais e recorrerem mais a transportadoras

SÃO PAULO- Em junho de 2018, na ressaca do fim da greve dos caminhoneiros que parou o país, diversas empresas anunciaram a criação ou ampliação de frotas próprias para não ficar mais refém dos transportadores. Mas foram poucas as que tiraram estes planos do papel, ainda que o país tenha passado por algumas transformações logísticas nos últimos 12 meses.

— Sem dúvida há casos de empresas que apostaram em frota própria, mas o movimento mais sentido foi na contratação de empresas de transporte ou no aluguel de caminhões para driblar a questão do frete — afirma Maurício Lima, sócio-diretor da consultoria Ilos, especializada em logística.

Uma das empresas que cumpriram a promessa foi a Predilecta Alimentos. Embora ela já estivesse em processo de ampliar sua frota própria, este se intensificou depois da greve dos caminhoneiros, com a aquisição de 25 caminhões — cerca de 10% de sua frota de 230 veículos. Na operação, investiu R\$ 15 milhões.

— Como nossa carga tem baixo valor agregado, ficamos muito sensíveis à variação do frete. Até agora não nos recuperamos totalmente dos efeitos da greve — diz Bruno Trevizaneli, diretor do Grupo Predilecta.

— Mas passamos de uma utilização de carga própria em torno de 50% de nosso volume para um patamar de cerca de 65%.

REPENSAR A LOGÍSTICA

Trevizaneli admite, porém, que esta não é uma opção para todos. O grupo consegue ter caminhões porque estes estão sempre ocupados e, mesmo quando retornam às fábricas, vêm carregados de insumos, como embalagens. Nas rotas onde essa movimentação em duas vias não ocorre, eles ainda recorrem a terceiros, dando preferência, cada vez mais, a transportadoras, em vez de autônomos.

— A frota própria só vale a pena para quem fica com o caminhão rodando direto — diz Trevizaneli.

Já a Cargill, gigante que prometeu comprar 300 caminhões, até agora não concretizou esse investimento. A empresa se mantém à espera da nova tabela do frete, publicada ontem pela ANTT, e do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, das ações contra o tabelamento, previsto para 4 de setembro.

"Dentro de certa razoabilidade dessas duas decisões, acreditamos que não será necessário aumentar ainda mais a frota de caminhões no mercado brasileiro de super-pesados, o que, por consequência, aumentaria ainda mais a oferta de transporte", informou a Cargill em nota.

— A greve dos caminhoneiros levou todo o setor a repensar sua logística. Cada um buscou uma solução, mas em geral houve um aumento do aproveitamento de ferrovias e hidrovias, usando os caminhões apenas para interligar esses modais — explica Sérgio Mendes, diretor geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec).

Nesse contexto, o aluguel de caminhões ganha força. Com cerca de 70% deste mercado, a Vamos, empresa do Grupo JSL, vive um momento de expansão. Com cerca de 11 mil equipamentos para locar — 80% dos quais caminhões —, ela vê seu mercado crescer.

— Não pautamos nossa estratégia pela greve dos caminhoneiros, mas nosso faturamento hoje já é 25% maior que em igual período do ano passado, e estamos ampliando a nossa frota — diz Gustavo Couto, presidente da Vamos.

— Com alocação, a empresa detém o controle de toda a frota, usa seus motoristas, porém sem a necessidade de investimentos e com custos mais previsíveis.

VENDAS EM ALTA

Para Francisco Beluccio, presidente da NTC Logística, a questão econômica é um entrave à criação de frotas próprias. Segundo ele, a frota própria "significa o triplo do custo de transporte".

Mas parte da recente alta das vendas de caminhões pode ser atribuída a esse movimento. Segundo dados da Anfavea, de janeiro a maio deste ano foram licenciados 39.093 caminhões, uma alta de 48,5% sobre os 26.322 licenciamentos do mesmo período de 2018.

— Prevemos para este ano a venda de 105 mil caminhões, uma alta de 15% sobre 2018. Grande parte disso é decorrente da expectativa de recuperação da economia, embora tenha um pouco de impacto, menor, da verticalização do transporte — diz Gustavo Bonini, diretor da Anfavea.

VEÍCULO: O Globo**Data: 20/07/2019****Seção: O País****Autor: VINICIUS SASSINE****Título: Delegado ligado a ruralista assume comando da Funai**

Marcelo Augusto Xavier da Silva já atuou contra indígenas quando foi ouvidor da fundação e é a favor da mineração em reservas

O governo do presidente Jair Bolsonaro nomeou ontem o delegado da Polícia Federal (PF) Marcelo Augusto Xavier da Silva como presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). O delegado é ligado aos ruralistas, a favor da exploração de mineração em terras indígenas e já atuou contra grupos de indígenas quando foi ouvidor da Funai. Xavier exerceu o cargo de assessor especial de Carlos Marun, um dos principais ministros do governo Michel Temer, e já passou pelo governo Bolsonaro, como assessor do secretário especial de Assuntos Fundiários, Luiz Nabhan Garcia, presidente licenciado da União Democrática Ruralista (UDR). O cargo estava vago desde a demissão do general da reserva do Exército Franklimberg Ribeiro de Freitas, em junho, por pressão da bancada ruralista.

A nomeação de Xavier ocorreu mesmo com a forte oposição na Funai, por parte do corpo técnico. O ato foi assinado pelo ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e publicado ontem no Diário Oficial da União. A Funai voltou para a aba do Ministério da Justiça, por decisão do Congresso. O órgão segue responsável por processos de demarcação de terras indígenas, por decisão do Supremo Tribunal Federal. Uma reportagem publicada pelo GLOBO no último dia 10 revelou que o novo presidente da Funai detém relatórios com quebras de sigilo bancário de organizações não governamentais (ONGs) que atuam em defesa de populações indígenas. Essas ONGs são tratadas como inimigas por Bolsonaro. Em pelo menos um caso de uma dessas organizações, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Xavier tem em seu poder informações de perícia da PF com detalhamento sobre movimentação financeira mês a mês na ONG.

Os relatórios incluem repasses de recursos públicos federais, valores sacados das contas bancárias e recebimentos de recursos do exterior. A perícia da PF foi feita a partir de quebra de sigilo bancário determinada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai, que investigou em 2017 a atuação do órgão e também do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A CPI foi uma iniciativa da bancada ruralista. O delegado Xavier atuou na assessoria a parlamentares ruralistas. O relatório final da CPI pediu o indiciamento de 67 pessoas, entre lideranças comunitárias, representantes de ONGs, antropólogos e servidores.

O mesmo documento propôs a revisão de demarcações de terras indígenas — bandeira do governo. Os documentos em poder do delegado mostram, por exemplo, a existência de 330 operações de transferência de recursos do exterior para as contas bancárias do CTI, de 39 remetentes diferentes, no período correspondente à quebra de sigilo — 2004 a 2016. Os créditos identificados somam R\$ 36,7 milhões — R\$ 58,2 milhões em valores corrigidos. A perícia não detalha irregularidades nas contas da ONG, a não ser uma “omissão de informações à Receita Federal”. O novo presidente da Funai já ocupou o cargo de ouvidor do órgão em 2008. Foi demitido após solicitar que policiais investigassem “invasões” de indígenas em áreas que reivindicam em Mato Grosso do Sul.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/07/2019

Seção: O Mundo

Autor: GUSTAVO MAIA E FILIPE BARINI

Título: Bolsonaro: empresas foram avisadas de riscos de comércio com Teerã

BRASÍLIA E RIO- O presidente Jair Bolsonaro (PSL) disse ontem que o governo avisou às empresas exportadoras brasileiras sobre os riscos envolvendo o comércio com o Irã devido às sanções impostas pelos Estados Unidos ao país. O presidente comentava a situação dos dois navios iranianos que estão parados a cerca de 20km do porto de Paranaguá (PR), por causa de um impasse sobre o fornecimento de combustível às embarcações.

— Existe esse problema. Os Estados Unidos, de forma unilateral, pelo que me consta, têm embargos levantados contra o Irã. As empresas brasileiras foram avisadas por nós desse problema e estão correndo o risco nesse sentido — declarou Bolsonaro.

Segundo reportagem da revista Portos e Navios, os cargueiros MV Termeh e MV Bavand, contratados para levar cargas com valor aproximado de R\$ 105 milhões ao Irã, tiveram o abastecimento negado pela Petrobras. Um deles, o MV Bavand, já está carregado com 48 mil toneladas de milho e deveria ter partido no dia 8 de junho. O MV Termeh aguarda, desde o dia 9 de junho, o combustível para seguir rumo ao porto de Imbituba (SC), onde receberá a carga.

De acordo com a Petrobras, o abastecimento não pode ser feito por conta das sanções impostas pelo Departamento de Tesouro dos EUA, uma vez que as embarcações se encontram na lista da Agência de Controle de Ativos Estrangeiros dos EUA (Ofac, na sigla em inglês), responsável por aplicar medidas a agentes estrangeiros. Além disso, segundo a estatal brasileira, os navios chegaram ao Brasil carregados com ureia, um produto que está sujeito a

sanções. Por fim, afirma que "existem outras empresas capazes de atender à demanda por combustível".

Em e-mail enviado ao GLOBO, a empresa responsável pela exportação, que não teve o nome divulgado uma vez que o processo sobre o caso corre em segredo de Justiça, contesta a Petrobras e diz que "não há outras alternativas viáveis e seguras para o abastecimento das embarcações, que dependem de um tipo específico de combustível cujo fornecimento é monopólio da Petrobras".

A empresa ainda afirma que "toda a documentação de liberação dos navios já foi fornecida pelas autoridades brasileiras". Além disso, alega que "o transporte de alimentos é uma das exceções previstas no que a lei americana chama de exceção humanitária.

Pelas regras da Ofac, quem mantiver relações comerciais com as empresas e pessoas incluídas na lista de sanções pode ser alvo de retaliações, incluindo multas, retenção de bens e a proibição de operar no mercado dos EUA.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/07/2019

Seção: Mundo

Autor: LONDRES, TEERAE WASHINGTON

Título: Irã captura petroleiro britânico

Navio foi interceptado no Estreito de Ormuz; Londres chama ato de "inaceitável"

Em um intervalo de poucas horas, dois petroleiros britânicos foram interceptados ontem pelo Irã no Estreito de Ormuz, na entrada do Golfo Pérsico, elevando ainda mais as tensões na região por onde passam 30% do petróleo comercializado no mundo. Em reação, o Reino Unido classificou de "inaceitável" a ação iraniana e disse que haverá consequências para o país persa, embora tenha descartado qualquer opção militar.

O primeiro navio a ter a rota desviada foi o Stena Impero. Segundo a Guarda Revolucionária do Irã, ele "violou regras internacionais de navegação". A agência de notícias Mehr, citando fontes militares, disse que o navio estaria em uma faixa errada de navegação e teria desligado seu sistema de rastreamento. Autoridades dizem que o Stena Impero esvaziou os tanques de combustível nas águas do Golfo Pérsico, com grande impacto ambiental.

A Stena Shipping, empresa proprietária da embarcação, negou que ela tenha violado quaisquer regras marítimas. Vinte e três tripulantes estão a bordo — nenhum deles britânico.

Irã reclama de captura

O governo britânico convocou uma reunião de emergência do Gabinete de crise. O chanceler Jeremy Hunt afirmou estar em contato com as autoridades iranianas, através da embaixada em Teerã.

— É essencial que a liberdade de navegação seja mantida e que todos os navios possam se mover livremente e com segurança na região — disse ele.

O presidente americano, Donald Trump, afirmou que conversaria com Londres para "ver o que seria feito", mas adiantou que os iranianos "não são nada além de problemas"

De acordo com o serviço de monitoramento de embarcações Marine Traffic, o Stena

Impero deixou o porto de Fujairah, nos Emirados Árabes Unidos, a caminho de al-Ju-bail, na Arábia Saudita. Os últimos dados o mostram perto da ilha de Qeshm, no Irã.

Horas depois, um segundo petroleiro, o Mesdar, foi interceptado. A embarcação, de bandeira liberiana e operado por britânicos, ia para o porto saudita de Ras Tanura, mas fez uma curva abrupta no Estreito de Ormuz rumo ao Irã. Ele foi liberado horas depois, após a tripulação ser advertida.

Nos últimos meses, com a tensão entre EUA e Irã no Golfo Pérsico, aumentou a preocupação com a segurança dos navios. Americanos e seus aliados reclamam do que chamam de "comportamento irresponsável" dos iranianos no estreito. Teerã diz apenas defender seu território.

A crise ganhou novos contornos no dia 4 de julho, a milhares de quilômetros do Golfo Pérsico. Naquele dia, um petroleiro iraniano foi capturado por forças britânicas na costa de Gibraltar, um enclave do Reino Unido na Espanha. Os britânicos afirmaram que o navio estaria levando petróleo para a Síria, violando sanções impostas ao país árabe pela União Europeia. O Grace 1, de bandeira panamenha, continua no porto de Gibraltar.

Após a apreensão, o Irã sinalizou que poderia retaliar. No dia 11 de julho, um petroleiro britânico quase foi bloqueado, mas um navio de guerra que o escoltava interveio. Com o aumento da tensão, a Arábia Saudita anunciou ontem que permitirá tropas americanas em seu território pela primeira vez desde 2003.

Guerra de drones

Anteontem, um petroleiro supostamente dos Emirados Árabes, aliados dos EUA, foi apreendido pelo Irã. Além dos navios, o Estreito de Ormuz foi cenário de incidentes envolvendo drones. Há um mês, o Irã derrubou um drone americano, alegando invasão de espaço aéreo, o que o Pentágono nega. A retaliação americana foi suspensa por Trump dez minutos antes.

Na quinta-feira, Trump afirmou que os EUA derrubaram um drone iraniano, alegando que ameaçava o navio USS Boxer. Ontem, Teerã negou as alegações americanas, apresentando um vídeo do drone fazendo imagens do navio. Mas analistas repararam que a data na tela era 18 de julho de 2018, dúvida ainda não esclarecida por Teerã.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 20/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Thaís Moura

Título: Goiás reestabelece a produção de amianto

Apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter suspenso a produção, a venda e o uso de amianto no Brasil, em 2017, o governo de Goiás sancionou, na última quinta-feira, lei que autoriza a extração do produto no estado. Proposta pela Assembleia Legislativa de Goiás e sancionada pelo governador, Ronaldo Caiado (DEM), a medida preocupa especialistas da saúde, já que o amianto é considerado cancerígeno e prejudicial ao meio ambiente pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Agora, Caiado tem 180 dias para regulamentar a lei.

Por meio de nota, o governo estadual ressaltou que a lei autoriza a produção do produto apenas para fins de exportação, “dentro dos padrões internacionais de transporte e em obediência às normas de proteção à saúde e segurança do trabalhador”. Também informou que a lei terá efeitos imediatos e que a decisão do STF não vincula o Legislativo estadual, autor do projeto de lei. “Deve-se lembrar que a decisão do Supremo ainda não transitou em julgado, estando pendentes julgamentos de embargos de declaração”, diz a nota.

Segundo o governo goiano, a sanção foi motivada pelo “compromisso com a preservação dos empregos de todo um município”. Em Minaçu (GO), a Sama Minerações, que explora o amianto na região, teve as atividades paralisadas em fevereiro, e, em maio, todos os 400 funcionários foram demitidos, em função da decisão do STF. “É fundamental que haja um período de transição até o encerramento da atividade econômica em questão, para que as empresas possam recuperar o passivo ambiental deixado”, afirma o governo de Goiás.

Procurado pelo Correio, o STF informou que não se pronunciará sobre o assunto, a não ser que “alguma entidade com legitimidade” acione o tribunal por meio de reclamação. O Ministério Público de Goiás instaurou, ontem, procedimento na Procuradoria-geral de Justiça para “estudo e análise das providências jurídicas viáveis que serão tomadas” em relação à Lei Estadual nº 20.514, que voltou a autorizar a produção e exportação do amianto no estado.

A Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea) também pretende tomar providências em relação à nova lei, que, segundo o presidente da entidade, Eliezer João de Sousa, representa um grande retrocesso. “Há mais de 20 anos temos uma luta contra o amianto. O que é muito duro é que, mesmo com essa luta tão grande, já morreram muitos no país por causa disso, e o governador de Goiás, que é médico, ainda tem a capacidade de aprovar essa lei. É uma falta de compromisso, de respeito e de consideração, porque as doenças provocadas pelo amianto não têm remédio, nem cura”, disse Eliezer. “Provavelmente, vamos recorrer ao sistema judicial. Nossos advogados já estão cuidando disso, não vamos deixar passar.”

Ricardo Martins, pneumologista e professor da faculdade de Medicina da UnB, explica que o câncer de pulmão é a principal consequência para aqueles que têm contato com a substância. Além disso, outras doenças pulmonares e respiratórias podem afetar quem respira o ar contaminado. “O indivíduo, quando é exposto ao amianto, desenvolve essas doenças cerca de 20 a 40 anos depois, mas pode acontecer apenas com uma exposição, porque a fibra do mineral não é destruída rapidamente pelo organismo. Mesmo para quem não trabalha com isso e apenas respira ares próximos ao amianto, existe a chance de contaminação”, esclarece o especialista. A OMS também recomenda, em nota, a proibição do uso de todas as formas de amianto, mas ressalta que “cabe aos países decidirem sobre suas políticas para o setor”.

*** Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo**

- **Riscos**

Recomendações da OMS e profissionais da saúde consultados pelo Correio apontam os principais riscos à saúde humana apresentados por produtos feitos com amianto

» Reações inflamatórias no pulmão

» Asbestose (doença que causa falta de ar e pode levar a problemas respiratórios mais graves)

- » Câncer de pulmão
- » Fibrose pulmonar
- » Mesotelioma (uma forma rara de câncer no peito)
- » Outras doenças incapacitantes respiratórias

Fontes: *Ricardo Martins, pneumologista e professor da faculdade de Medicina da UnB; OMS*

MME / ASCOM .